

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1455518 - SP
(2019/0039153-0)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : JOSE DA APARECIDA MARQUES BARRAL
AGRAVANTE : EUNICIO BARBOSA
AGRAVANTE : PEDRINA DE GODOY BENTO
AGRAVANTE : CARLOS GALLI
AGRAVANTE : VALUCIA SANTANA DOS SANTOS
AGRAVANTE : PAULO LEMES RIBEIRO
AGRAVANTE : ROBERTO MIGUEL DA SILVA
AGRAVANTE : ODAIR DE ALMEIDA
AGRAVANTE : MARIA CRISTINA DE SOUZA
AGRAVANTE : ROBSON FERNANDO GOMES
AGRAVANTE : ANA MARIA CERAVOLO TESSER
AGRAVANTE : MARTINS FRANCISCO ALVES
AGRAVANTE : GENIVALDO FRANCISCO DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : MARCO ANTONIO SILVA
AGRAVANTE : GERONIMO RODRIGUES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : LUCIA HELENA MARGARIDA MARTINS
AGRAVANTE : DIVINA MIGUEL PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO E OUTRO(S) -
SP240212
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) -
SP398091

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INDENIZATÓRIA. SECURITÁRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA. MULTA DECENDIAL. EXCLUSÃO. CABIMENTO. COISA JULGADA. INVERSÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que a multa decendial deve se limitar ao valor da obrigação principal, nos termos do artigo 412 do Código Civil, sem o acréscimo de juros. Precedentes.
4. Na hipótese, rever o posicionamento do tribunal de origem, que decidiu pela ausência de violação da coisa julgada, encontra o óbice da Súmula nº 7/STJ.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

